

Ângela Salgueiro **MARQUES**; Erika Dias **NOGUEIRA**
Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte, MG, Brasil

Estratégias de visibilidade utilizadas por movimentos sociais na internet

Estrategias de visibilidad usadas por
los movimientos sociales en la Web

Strategies of visibility used by
social movements in the Internet

Recebido em: 31 jan. 2012

Aceito em: 12 jul. 2012

Ângela Cristina Salgueiro Marques é professora do Departamento de Comunicação Social da UFMG (graduação e pós-graduação); doutora em Comunicação Social pela mesma instituição e pós-doutora pela Université Stendhal, Grenoble III.
Contato: angelasalgueiro@gmail.com

Erika Cristina Dias Nogueira é graduada em Jornalismo pelo Centro Universitário Newton Paiva e especialista em Comunicação, Imagens e Culturas Midiáticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
Contato: erickacri@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho analisa como um movimento ambiental específico, aquele ligado às ações da organização *SOS Mata Atlântica*, utiliza o espaço virtual como ferramenta para ampliar sua visibilidade pública. Partindo de reflexões teóricas sobre as estratégias de ação dos movimentos sociais no ambiente online, o texto busca revelar como esses movimentos se articulam com a sociedade civil e com a mídia, considerando as ferramentas dialógicas que o meio proporciona para garantir maior agilidade de difusão das informações, interatividade, engajamento e incentivo ao ativismo. Ao final, destaca-se que as entidades ambientais se rearticulam no espaço virtual, expandindo fronteiras e conquistando novos adeptos. Porém é possível afirmar que as estratégias de visibilidade pública por elas empregadas estimulam, mas não asseguram a participação política, o engajamento cívico e o ativismo em rede.

Palavras-chave: Mídia radical; visibilidade; movimentos sociais; sociedade civil; espaço virtual.

RESUMEN

El propósito de este artículo es analizar como un movimiento social específico, ligado a las acciones de la organización *SOS Mata Atlántica*, usa el espacio virtual como herramienta para ampliar su visibilidad pública. A partir de reflexiones teóricas sobre las estrategias de la acción de los movimientos sociales en la Web, el texto procura mostrar cómo estos movimientos si articulan con la sociedad civil y la prensa, usando las herramientas de dialogo proporcionadas por Internet para garantizar la mayor agilidad de la difusión de la información, el interactividad, la participación y el incentivo al activismo. Al final, destaca-se que as entidades ambientais buscan rearticular-se no espacio virtual, expandiendo fronteras e conquistando nuevos adeptos. Sin embargo es posible afirmar que las estrategias de la visibilidad pública para utilizado les estimulan pero no aseguran la política de la participación, la inscripción cívica y el activismo en red.

Palabras clave: medios radicales; visibilidad; movimientos sociales; sociedad civil; espacio virtual.

ABSTRACT

The aim of this work is to analyze how a specific social movement, tied to the actions developed by the *SOS Mata Atlântica* organization, uses the virtual space as a strategic tool to extend its public visibility. Considering the theoretical reflections on the online action strategies of the social movements, the text searches to show how these movements articulate with civil society and the media, using the dialogical tools provided by internet to guarantee greater agility of information diffusion, interactivity, engagement and incentive to activism. At the end we argue that the environmental entities can articulate themselves in the virtual space, expanding borders and conquering new adepts. However it is also possible to affirm that the strategies of public visibility they use can stimulate but not assure political participation, civic engagement and online activism.

Keywords: radical media; visibility; social movements; civil society; virtual space.

Um movimento social necessita de espaços de visibilidade midiática para fazer-se presente na cena pública, mobilizar outros indivíduos e, assim, exercer pressão coletiva junto à política institucionalizada. Por isso, a comunicação deve ser um pilar fundamental para um movimento, sobretudo se pensada enquanto dinâmica discursiva de articulação interna e externa. Novos dispositivos midiáticos, como aqueles promovidos pela internet, ampliam as possibilidades de interação e de organização dos movimentos em escala nacional e global.

Considerando esse contexto, o presente artigo analisa quais são as estratégias que um movimento ambiental utiliza na internet para construir um discurso favorável à sua causa e garantir maior visibilidade a suas demandas. As reflexões aqui apresentadas investigam as possibilidades e barreiras que um movimento ambiental enfrenta na internet. Interessa-nos de forma mais específica avaliar as estratégias de visibilidade construídas pela *SOS Mata Atlântica*, uma organização que se vale da internet para divulgar suas atividades, sensibilizar os indivíduos e convocá-los a participar das ações que têm como objetivo promover a conservação da diversidade biológica e cultural do Bioma Mata Atlântica.

A investigação sobre o assunto será feita a partir dos conceitos de visibilidade, mídia radical, movimento social e espaço virtual, sempre tomando como base o fato de que as práticas dos movimentos sociais se estruturam por meio de uma comunicação relacional e interativa entre os participantes do ato comunicativo (ALEXANDER, 1998; DOWNING, 2002 e MELUCCI; 2001).

Sociedade civil, movimentos sociais e estratégias de ação

Vários autores estabelecem três grandes marcos históricos e contextuais para a compreensão do longo processo de formação e consolidação da sociedade civil no Brasil (DAGNINO, 2002; AVRITZER, 1994; COSTA, 1994). O primeiro momento, segundo eles, tem seu início com o Golpe Militar de 1964, o qual instituiu um regime ditatorial de governo. Nesse contexto, a arbitrariedade das relações entre o Estado e setores populares, fez com que o uso do termo “sociedade civil” fosse atrelado ao surgimento de organizações e associações que procuravam posicionar-se de forma autônoma em relação ao Estado.

O segundo momento de consolidação da sociedade civil em nosso país está associado ao início da redemocratização política, com o final da Ditadura nos anos 70.

Se no período ditatorial os setores populares organizados se uniram em torno de um objetivo comum - fazer frente ao governo militar -, com o fim da Ditadura, eles passam a ser vistos não mais de forma homogênea, mas ganham contornos específicos, organizando-se em torno de interesses próprios e atuando em diferentes frentes de lutas contestatórias (PAOLI e TELLES, 2000). Passa-se a indagar qual o real papel da sociedade civil na democratização política, bem como se procura especificar quais são os grupos, organizações e setores que recebem o título de sociedade civil de modo a demarcar diferentes discursos, orientações políticas e demandas por cidadania.

Cidadania é o termo utilizado para identificar o processo por meio do qual os indivíduos se transformam em sujeitos de palavra no espaço público, identificando formas de injustiça, reivindicando sua interferência na elaboração e nas correções de leis e normas, constituindo-se como parceiros moralmente dignos de participação em diálogos ampliados e de serem portadores de direitos (ARENDDT, 1987; GOHN, 2003). Associado à noção de justiça, o conceito de cidadania une coletivos sociais da sociedade civil que pressionam o Estado (mas, ao mesmo tempo, negociam com ele) pela regulamentação, implementação e vigilância da aplicabilidade de direitos de inúmeras ordens.

Por sua vez, um terceiro momento de redefinição do papel da sociedade civil é identificado a partir do final da década de 80 e se estende até os nossos dias. A oposição entre diferentes ideários políticos, quais sejam, o discurso neoliberal e o discurso democrático-participativo ganhou contornos claros no processo de institucionalização da Constituição de 1988. Fato que Maia (2010:147) identifica como o “retorno da sociedade civil ou redescoberta da sociedade civil” em um momento localizado entre as décadas de 1980 e 1990, quando a sociedade civil deixa de ter um caráter de unificação na luta contra a ditadura e seus diferentes setores passam a lutar por demandas mais específicas e por uma maior abertura ao diálogo com as instituições administrativas e governamentais.

A partir do início da década de 90, a emergência de experiências de construção de espaços públicos voltados para uma postura de negociação que apostava na possibilidade de uma atuação conjunta entre Estado e setores da sociedade civil passa a desafiar a noção bipolar de atuação do governo e dos cidadãos, trazendo ganhos não só para o design institucional de gestão democrática, mas, sobretudo, para a definição de processos mais inclusivos e participativos de luta por direitos, cidadania e autonomia política (AVRITZER, 1994). Atualmente, o principal dilema que se desenha frente à

sociedade civil é vencer a noção de participação cunhada pelo discurso neoliberal – voltada para o pouco incentivo à formação de espaços públicos de discussão e conflito e à maior ênfase no compromisso moral de auxílio recíproco entre os cidadãos – de maneira a fortalecer uma concepção de participação como partilha do poder via espaços públicos deliberativos (HOUTZAGER et al., 2004).

Segundo Alonso (2009) e Maia (2010), a sociedade civil representa um tipo de vida associativa, que pode ser vista como cooperativa, uma vez que reúne “associações voluntárias, movimentos sociais e outras formas de comunicação pública, como os *media*” (MAIA, 2010:150). A sociedade civil não pode ser considerada um “bloco” homogêneo, reunindo grupos e atores semelhantes em torno de causas comuns, de ideais democráticos. Ela não é uma “esfera autônoma de atividade democrática”, ou seja, uma esfera idealizada de debate por meio da qual decisões seriam tomadas com base na busca do entendimento em um espaço público paritário, a fim de permitir o engajamento dialógico de todos os interessados. Ela só pode ser apreendida pelo exame das motivações e metas das organizações, de seus valores e relações contextuais (MAIA, 2011). A sociedade civil é, então, multifacetada, articula setores e públicos diferenciados (por vezes até antagônicos), mas que têm como fio articulador o desejo de uma participação coletiva em práticas políticas e nos processos decisórios.

Sob esse aspecto, há de se considerar que a sociedade civil se constitui como um espaço plural, que permite o florescimento tanto de associações voluntárias que ajudam a promover a democracia, como também de associações violentas e desiguais, como, por exemplo, os movimentos fascistas e homofóbicos. Estes últimos configuram o que Maia (2011) chama de “má sociedade civil”: grupos e associações que criam vínculos exclusivistas entre seus membros e voltam seu agir para a violência contra outros grupos e setores sociais.

A proposta deste artigo explora novas formas de configuração da sociedade civil que, potencializadas pelas novas tecnologias, reúnem e engajam atores cívicos individuais e coletivos que atuam em prol da solidariedade e da cooperação. A atuação desses atores, quando pautada por esses princípios, é fundamental para o desenvolvimento das práticas democráticas, uma vez que por meio delas os atores sociais engajam-se em atividades políticas, sobretudo em nível local, articulando os problemas vivenciados em seu cotidiano às instâncias administrativas e aos procedimentos de tomada de decisão. Uma sociedade civil estruturada por meio de práticas associativas permitiu que novos atores se apresentassem como protagonistas,

como as ONGs, os novos movimentos sociais, os grupos de defesa dos direitos dos excluídos, associações, redes comunitárias, conselhos e entidades ambientalistas. Dentre esses novos atores, os movimentos sociais são considerados fundamentais para as mudanças sociais, uma vez que “o repertório de lutas que eles constroem, demarca interesses, identidades, subjetividades e projetos de grupos sociais” (GOHN, 2003:189).

É preciso salientar que os movimentos sociais atuam como circuitos de comunicação pública que estabelecem uma estreita ligação com o contexto da vida privada dos indivíduos, recolhendo deste âmbito seus recursos vitais para depois fazerem com que se transformem em objeto de debate. Assim, Alexander (1998) caracteriza os movimentos sociais como tradutores daquilo que a sociedade civil identifica como problemas, remetendo-os a instâncias administrativas – que geralmente não se mostram imediatamente sensíveis às demandas sociais.

Os movimentos sociais podem ser vistos como mecanismos sociais que constroem traduções entre o discurso da sociedade civil e os processos institucionais específicos de tipo mais particularista. São movimentos de natureza prática e histórica, mas que apenas podem ter êxito se forem capazes de empregar a metalinguagem civil para relacionar esses problemas práticos ao centro simbólico da sociedade e suas premissas utópicas (ALEXANDER, 1998:15).

Os movimentos sociais e outros atores da sociedade civil, organizados em redes de comunicação, se engajam em processos argumentativos e tiram sua força da interação para serem capazes de intervir de forma eficaz e racional nos debates travados na esfera pública. É por isso que Maia (2010) destaca que não é só o coletivo que garante voz política e, sim, uma negociação entre as associações e os cidadãos:

Apesar da importância das associações – para tornar os indivíduos mais potentes para influenciar os negócios públicos e ganhar voz política -, não se pode negligenciar a importância e a eficácia de diversas formas de participação individualizada. A democracia demanda, também, a ‘liberdade subjetiva’ e a participação dos cidadãos como indivíduos (e não apenas como coletivos), uma vez que estes se encontram situados em diferentes posições e circunstâncias ou têm diferentes ideias (MAIA, 2010:162).

Um movimento surge a partir da mobilização de um ator coletivo, é o que afirma Melucci (2001:35), quando aponta que um dado movimento é “definido por uma solidariedade específica, que luta contra um adversário para a apropriação e o controle de recursos valorizados por ambos”. Esse autor define a solidariedade como “a

capacidade dos atores de se reconhecerem e serem reconhecidos como parte da mesma unidade social” (idem).

Melucci estudou o fenômeno dos movimentos sociais a partir de aspectos culturais e simbólicos. Diferente do modelo clássico¹, que identificava os movimentos sociais como revolucionários e como “mobilizações de massa que visam apossar-se do poder de um Estado antagônico” (ALEXANDER, 1998:1), a abordagem proposta por Melucci surge para revelar que a alteração nas formas de trabalho e de participação dos trabalhadores em processos decisórios modifica os padrões de reivindicação dos movimentos sociais. A economia, os bens materiais e a igual distribuição de riquezas sempre estiveram presentes entre as demandas dos movimentos sociais, mas atualmente as lutas possuem também uma dimensão simbólica, ligada aos direitos, às representações sociais e à estima.

Para Downing (2002:57), os movimentos sociais passam a almejar “objetivos que, em grande medida, independiam do que o Estado podia conceder”, objetivos que guardavam uma relação muito mais próxima com um senso de restituição da dignidade e da valorização moral. Assim, os atores que se engajam em mobilizações coletivas percebem que são afetados por situações de desigualdade e injustiça que não são isoladas, criam uma linguagem comum e agem em duas frentes: uma que visa alterar padrões de representação e valorização de sujeitos que se sentem oprimidos e desvalorizados; e outra que busca pressionar o Estado e as instituições administrativas por uma melhor qualidade de vida, em uma espécie de luta econômico-simbólica. Dentre os principais movimentos que possuem essas características pode-se destacar o movimento feminista, o movimento negro e o movimento GLBT.

As reivindicações identificadas nos discursos desses movimentos associam a redistribuição de bens e a valorização dos indivíduos por meio da proteção de sua integridade no contexto da vida cotidiana (HONNETH, 2003). A opressão simbólica ocupa agora maior centralidade nas preocupações dos movimentos sociais, que se empenham na identificação do desrespeito, do desprezo e da depreciação como formas generalizadas de desvalorização dos sujeitos. Eles se empenham em mostrar que a desvalorização moral ocorre para além do horizonte da individualidade, chegando a um ponto em que podem se tornar a base de um movimento coletivo. Nesse sentido, eles

¹ Alexander (1998) considera que o modelo clássico dos movimentos sociais foi proposto inicialmente por Karl Marx no século XIX. Em suas teorias ele “deu ênfase aos interesses econômicos e materiais dos movimentos revolucionários da época e colocou em segundo plano a reflexão moral e a solidariedade” (p.2).

“recorrerem à ação direta, pacífica, baseada numa organização fluída, não hierárquica, descentralizada, desburocratizada. Não se dirigiriam prioritariamente ao Estado, mas à sociedade civil, almejando mudanças culturais a longo prazo” (ALONSO, 2009:67).

Ativismo e visibilidade

Ao ampliar a gama de visibilidade de entidades, movimentos e cidadãos, espaços sociais *online* podem promover o ciberativismo, que comporta ações com um poder maior de alcance devido aos novos dispositivos tecnológicos em rede. “Entende-se por ciberativismo a utilização da internet por movimentos politicamente motivados” (VEGH, 2003:71), com o intuito de “alcançar suas tradicionais metas ou lutar contra injustiças que ocorrem na própria rede” (SANTOS, 2011: 3).

Segundo Santos (2011), o ciberativismo ingressa no Brasil na década de 90, época que ocorreu o avanço da internet no país. Com o propósito de driblar os meios de comunicação tradicionais, os ciberativistas usam a internet para se manifestarem e ampliarem o espaço de difusão de suas ideias, superando fronteiras. “A cyberdifusão de determinadas informações e/ou repertórios de conflito é uma das grandes características que diferenciam a internet de outros meios de comunicação de massa” (PEREIRA, 2011:8).

Certamente existem diferentes formas de engajamento em ações de ciberativismo: algumas mais pontuais e esporádicas, e outras mais aprofundadas e de longo prazo. Mas não se pode dizer que uma ou outra seja mais eficaz ou mais apropriada, uma vez que muitos movimentos sociais têm sua principal forma de ação baseada em ações ocasionais e no engajamento pontual em ações esporádicas.

Além disso, outras mobilizações menores são geradas na internet e ocorrem constantemente também nas ruas, praças, shoppings e locais de grande circulação: são as *flash mobs* que, conforme Ribeiro e Pereira (2004:1) são eventos coletivos coordenados marcados por sua efemeridade e volatilidade, representando a culminância de um processo de articulação e organização que tem início no ambiente *online*. Através de blogs, listas de discussão, canais de chat, ou mensagens trocadas via telefones celulares os interessados em participar de uma *flash mob* deliberam e encaminham os procedimentos necessários à concretização do evento. E pelo potencial de mobilização e visibilidade das *flash mobs*, elas também são utilizadas por movimentos sociais, como o movimento ambiental *Greenpeace*, por exemplo. A entidade utiliza o ciberativismo a

seu favor, buscando transformar “cada ciberativista em um agente multiplicador, transformando a vontade de participar em ações concretas” (SANTOS, 2011:6).

Incentivada por um conflito simbólico, a atuação dos ativistas dos movimentos sociais se dá geralmente por uma retórica persuasiva, incitando emoções e formando consensos simbólicos entre os atores, conforme destaca Alonso, “a realidade social é ‘arrumada’ em enredos persuasivos, que dão aos ativistas um contexto de sentido e explicitam esquemas culturais e modelos de ação e interação, que possibilitam uma mobilização conjunta” (2009:79-80). Essa autora também confere destaque a formas de apelo emotivo que motivam ativistas a conhecer e até a integrar grupos e associações, uma vez que “as emoções seriam formas culturalmente construídas de compreender o mundo e exprimir posições” (2009:80). Sob esse aspecto, as emoções não impedem ou atrapalham a racionalidade das negociações que se estabelecem nos espaços de diálogo entre sociedade civil e instâncias formais do sistema administrativo, mas somam-se a ela de modo a especificar os domínios da ação nos quais nos movemos e nos posicionamos. Podemos afirmar, dessa forma, que as emoções ajudam a eleger informações relevantes para a discussão de uma questão de interesse coletivo.

Outra questão ligada ao modo passional e emocional de expressão dos ativistas é destacada por Young (2001), que chama a atenção para o fato de que os ativistas não se sentem obrigados a discutir com aqueles que divergem de seus interesses. Seus objetivos frequentemente se distanciam do debate com a finalidade de chegar a um acordo passível de ser aceito por todos. A principal tática de combate é protestar fora dos âmbitos em que ocorrem deliberações institucionalizadas (sobretudo as redes sociais) de modo a fazer com que o amplo público se torne consciente de erros e injustiças. Essa atitude ativista não é deliberativa no sentido de trocar argumentos em debate, mas ela comunica ideias específicas ao público. Para muitos ativistas o debate é um processo exclusivo (exclui aqueles que não fazem parte dos círculos da elite), por isso eles preferem fazer pressão de “fora”, ainda que processos de discussão sejam mais inclusivos e participativos. Eles acreditam que é importante continuar a desafiar os discursos hegemônicos e fazem isso frequentemente de maneira diferente da discussão: usam imagens, músicas, expressões de zombaria e produções artísticas que buscam fazer com que as pessoas repensem suas formas de entendimento e ação, cortando uma corrente de pensamento. Segundo Young (2001), às vezes isso é muito mais relevante do que defender argumentos em espaços públicos.

Para conquistar novos ativistas e uma legitimidade perante a sociedade civil, os movimentos sociais precisam garantir sua visibilidade. Assim, um movimento necessita ter voz, ser ouvido, adquirir o estatuto de interlocutor para intervir politicamente em âmbitos sociais e institucionais, além de ser lembrado e de preservar a memória de suas ações:

O campo no qual a palavra dos movimentos pode ser ouvida é o discurso público. Esse campo é visto, frequentemente, como produto das mídias, entendidas como aparatos impessoais aos quais se atribui o papel da manipulação. O discurso público não é um dado, mas é um produto resultante de um complexo jogo de interações no qual intervêm, certamente, os objetivos e os interesses dos grupos de poder e dos aparatos políticos, e para o qual contribuem com um papel não subalterno seja as competências profissionais e as dinâmicas organizativas dos adeptos aos trabalhos, seja as escolhas dos consumidores da comunicação (MELUCCI, 2001:144).

A questão da visibilidade é crucial para o movimento ambientalista, uma vez que ele deseja mobilizar setores sociais cívicos e administrativos por meio do convite à reflexão acerca de problemas morais, que afetam a todos independentemente de seu pertencimento étnico, identitário ou de classe (CASTELLS, 2000). Para Melucci, na época moderna, a base para os interesses e a solidariedade encontra-se associada à crença de que a “salvaguarda da espécie pode ser garantida somente por um equilíbrio diferente entre o homem e a natureza. Esse é hoje o problema que interfere na vida de cada um” (2001:115).

A atuação do movimento ambientalista pode nos mostrar em que medida os movimentos sociais atuais se estruturam em torno de alguns modos de ação específicos como: a busca pela responsabilidade ética de todos (afinal, o meio ambiente é um problema público) e a mobilização ocasional e impactante das pessoas em atos e debates de ampla, média e pouca visibilidade; o investimento em engajamentos comunicativos *online* (o que pode amplificar a potência de ação de um movimento); e a tentativa de criar conexões ampliadas entre esferas de debate que se estabelecem localmente.

Potencialidades e barreiras para a articulação online de um movimento ambiental

Os meios de comunicação possuem um papel fundamental como espaço de visibilidade para os movimentos sociais contemporâneos, “modificando e expandindo áreas de experiência individual, intervindo na formação da opinião pública e

contribuindo para a definição de identidades individuais e coletivas” (PEREIRA, 2011:3). Com a visibilidade midiática, os movimentos ampliam suas chances de contribuir para um diálogo democrático nas diferentes esferas públicas existentes em espaços *online* e *offline*. É nesses espaços de disputa, definição e redefinição de significados e perspectivas que os indivíduos aprendem a “reconhecer problemas, avaliar possibilidades e argumentar, na busca de consensos ou não, pautados pelas informações disponíveis” (PEREIRA, 2011:4).

Castells (2000) ressalta que grande parte do sucesso do movimento ambientalista deve-se à sua capacidade de adaptação às condições de comunicação e mobilizações apresentadas com o advento da internet. O autor comenta que a questão ambiental ganhou mais espaço em virtude das publicações na mídia, tendo em vista o fato de que o movimento ambiental demonstrou grande capacidade de divulgação, criando elementos propícios para matérias e reportagens. A presença constante de temas ambientais na mídia, segundo Castells, trouxe ao movimento uma forte legitimidade, o que fica evidente em movimentos globais como, por exemplo, o *Greenpeace*, cuja lógica está totalmente orientada a criação de eventos que mobilizem a opinião pública em torno de questões específicas para desafiar leis e normas que desfavorecem o meio ambiente.

No âmbito nacional, a intensa participação dos movimentos ambientais na mídia tradicional e *online* foi amplificada pela intensificação de debates ligados à questão do meio ambiente, sobretudo a partir da Conferência Eco 92, no Rio de Janeiro (MIGUEL, 2010). Com isso, os movimentos ganharam mais voz, ocupando agendas públicas, políticas e, principalmente, midiáticas.

No espaço virtual (SODRÉ, 2002), um movimento tem oportunidade de divulgar, a baixo custo, suas atividades ao conhecimento de diversos segmentos da sociedade. Com isso, um movimento social pode alcançar maior raio de abrangência global, velocidade de transmissão, circulação e recepção das mensagens. Na internet, os movimentos sociais, além de promoverem identificação com suas causas e demandas, também têm a possibilidade de produzir debates em uma rede planetária, colocando cidadãos em contato com outros cidadãos, produzindo uma espécie de “arena conversacional, em que o espaço se desdobra e novas conversações e discussões políticas podem seguir seu curso” (EISENBERG apud RIOS, 2010:2).

Mais do que usar a internet para chamar a atenção da mídia tradicional para a divulgação de suas demandas, a entidade ambiental *SOS Mata Atlântica* se vale da internet para desenvolver seus próprios canais de comunicação. Downing (2002)

identifica tais canais criados pelos movimentos como mídia radical. O autor afirma que a ascensão dos movimentos sociais está ligada à ascensão de uma mídia radical, que, segundo ele, se constitui na “forma mais atuante da audiência ativa e expressa as tendências de oposição, abertas e veladas, nas culturas populares” (DOWNING, 2002:33). Com relação à cultura popular, Downing acredita que sua significação está entrelaçada com a cultura de massa, em muitos aspectos. Para ele, “a cultura popular é a matriz genérica da mídia radical alternativa” (2002:41), pois revela-se fundamental para desenvolver e subverter as relações de poder nas sociedades democráticas.

A internet pode funcionar como mídia radical alternativa. Contudo, enquanto infraestrutura interconectada para múltiplas formas de comunicação, ela promove tanto utilizações mais radicais, quanto menos radicais. Não podemos associar *a priori* as interações *online* à radicalidade dos movimentos sociais, pois ela está associada, entre outros fatores, ao modo como cada movimento se apropria da rede.

Nesta parte do artigo, será feita uma reflexão acerca das estratégias utilizadas na internet pela entidade para garantir sua visibilidade no espaço público. Além disso, destacaremos as principais dificuldades e potencialidades do uso da rede para a promoção do debate e do engajamento político. Para isso, é avaliada a arquitetura discursiva do *website* da organização, considerando-se os espaços potencialmente favoráveis ao intercâmbio de informações no espaço virtual, às formas de participação e interação com a sociedade e à otimização do ativismo social pela internet.

Uma das principais ferramentas de participação e divulgação das ações da *SOS Mata Atlântica* é o *website* da organização - www.sosmatatlantica.org.br. A página da entidade é organizada de uma forma que as informações disponibilizadas atinjam facilmente seu público, que se constitui, principalmente, de ativistas, população em geral e imprensa. Os links e subpáginas estão presentes de uma forma clara para que seja realizado o estreitamento da relação entre a entidade e seu público que navega no meio digital.

Tal constatação pode ser percebida em alguns itens do portal da *SOS Mata Atlântica*. O *website* incentiva a participação do público através, primeiramente, de sua página inicial, que possui notícias recentes ligadas à causa ambiental em geral, ações promovidas e programadas pela entidade e os principais eventos. Um destaque maior é dado no alto da página para o link do Atlas da Mata Atlântica, importante estudo feito pela entidade em conjunto com outras instituições para identificar a quantidade de desmatamento sofrido pela Mata Atlântica e apresentar as áreas da floresta que estão se

recuperando. Essa publicação é amplamente conhecida e utilizada pela imprensa e pelos pesquisadores da área, por isso possui um destaque maior na página inicial.

O *website* serve como fonte de informações não só para os ativistas, mas também para os militantes ocasionais e para a mídia. Ford e Gil afirmam que os *websites* podem apresentar conteúdos subjetivos, mas são importantes contrapontos ou legitimadores do discurso divulgado pela mídia sobre a entidade, pois “a mídia oficial também representa pontos de vista particulares e com frequência divulga informações que estão longe de constituir a verdade total” (2002:274).

Os menus laterais da página contam com links importantes para a criação e manutenção da interação com o internauta e da conservação da própria entidade, como “Filie-se”, “Doação”, “Loja SOS” e “Cursos”. A página ainda conta com um acesso para o blog da entidade, que fornece informações diárias sobre eventos e ações da entidade, além de tematizar questões que podem dar origem a debates *online*. No entanto, é preciso ter em mente que as relações entre a internet o engajamento político não são pautadas por uma espécie de determinismo positivo, em que a presença dos novos meios acarretaria inevitavelmente uma melhora ou aprimoramento da comunicação democrática via debates e discussões reflexivas.

É possível perceber, em diferentes espaços da rede, uma dinâmica de negociação e contestação de pontos de vista em busca de um entendimento partilhado de determinadas questões. Entretanto, não se pode afirmar que a presença de diferentes públicos e perspectivas em espaços discursivos *online* transformam, automaticamente, a *internet* em uma esfera pública (MAIA, GOMES e MARQUES, 2011). A cautela em apontar espaços *online* como esferas públicas deriva do fato de que os diferentes tipos de arquitetura discursiva dos espaços *online* possuem tanto o potencial de constranger quanto de facilitar a abertura, o uso da razão, a criatividade cultural, a auto-organização e a solidariedade (MARQUES, 2011). Autores como Lev-on e Manin (2009), por exemplo, afirmam que nas conversações *online* pode acontecer de as pessoas falarem sem escutar, de desconsiderarem opiniões contrárias, de atacarem pessoalmente os participantes em vez de questionarem seus argumentos, de confirmarem em vez de questionarem ideias pré-concebidas e reforçarem convicções em vez de evidenciarem as premissas que sustentam seus pontos de vista diante daqueles que deles discordam.

Sob esse aspecto, é preciso ter cautela em apontar a internet como espaço único, dissociado do mundo da vida, propenso à promoção democrática e ao acesso igualitário ao debate e à participação política.

[...] a internet não pode ser ‘destacada’ do contexto mais amplo da vida das pessoas, como se constituísse um mundo virtual paralelo ou à parte do fluxo das atividades cotidianas. Ao invés disso, a internet deve ser entendida de modo integrado ao conjunto da vida, suplementando as interações face a face e o uso de outras tecnologias de comunicação mais tradicionais (MAIA, 2011:71).

De maneira geral, todos os aparatos empregados na página da instituição *SOS Mata Atlântica* na Internet acentuam o modo como ela percebe este meio como um dos principais responsáveis por incentivar a participação cidadã e a troca de pontos de vista. O usuário, devidamente inserido no meio digital, teria, a princípio, mais uma possibilidade de colaborar, se informar e fazer parte de um movimento, como também a entidade deve investir na profissionalização de sua atuação na internet e definir estratégias de como utilizar com eficiência esse meio.

Não se pode negar que a construção de espaços de negociação e troca de opiniões e argumentos *online* possibilita aos movimentos e organizações civis oportunidades mais amplas para se fazerem visíveis, fortalecerem sua identidade coletiva e entrarem em contato com outros grupos que partilham das mesmas experiências, construindo, assim, uma rede de contatos e solidificando um repertório comum de experiências. Ainda assim, esses espaços estão permeados por constrangimentos e assimetrias de poder, geralmente impostos pela materialidade técnica dos suportes e códigos informáticos; pela inserção das relações virtuais em contextos sociais, políticos e culturais definidos e cerceados por inúmeras formas de opressão; e pela própria ação dos conglomerados midiáticos que podem, não raro, dificultar a visibilidade de novas temáticas desenvolvidas na esfera pública pelos movimentos sociais (DOWNING, 2002; PEREIRA, 2011).

Não obstante, os movimentos ambientais podem encontrar na internet um meio de criar uma mídia radical alternativa aos grandes meios de comunicação de massa. Com esse recurso, eles conseguem “trazer para a esfera pública questões que até então estavam silenciadas, proporcionando a inclusão, através da produção e distribuição de informações, daqueles que até então encontravam-se ‘inexistentes’” (PEREIRA, 2011:7).

Nesse sentido, a *SOS Mata Atlântica* realiza tentativas de ampliar sua atuação no meio digital através do portal mencionado e dos chamados “Canais *SOS Mata Atlântica*”, *websites* complementares às ações *online* da entidade e que vão além da simples divulgação de informações promovida na página inicial, eles também têm como

proposta promover maior interatividade com o internauta, como por exemplo o canal “Conexão Mata Atlântica”, uma rede social própria da entidade, que propõe acesso igualitário de todos que estejam *online*, convidando-os a participar de fóruns, debates e compartilhar informações entre os membros da rede.

Entretanto, há várias barreiras que dificultam a articulação discursiva de atores e coletivos *online* via debate público. Habermas (2006) destaca, por exemplo, que a formação de uma multitude de miniespaços públicos especializados na *web* poderia levar a uma fragmentação maior desses atores e coletivos que, reunidos em torno de um grande número de questões pontuais, permaneceriam isolados de debates que se dissolveriam sem chegar a ganhar força ou visibilidade. Tais ilhas específicas de comunicação privilegiariam a diversidade de opiniões entre iguais em vez do confronto entre opiniões adversas. Somado a isso, não se pode pressupor a existência ou configuração *online* de uma comunidade argumentativa que partilha a mesma base de pressupostos e valores desde o início de uma conversação (MARQUES, 2011). A tolerância e o respeito diante dos pontos de vista diferenciados – os quais só se concretizam por meio da ação de se colocar no lugar do outro – são dificilmente alcançados, dada a predominância da tentativa de convencimento por meio da retórica, da desvalorização e descrédito atribuídos ao ponto de vista alheio, e da tendência ao reforço de opiniões em grupos homogêneos (LEV-ON e MANIN, 2009). Por isso,

É necessário muito cuidado ao falarmos sobre a internet como mecanismo de aperfeiçoamento democrático, pois uma grande parcela da população mundial ainda está fora do processo de apropriação de novas tecnologias. Torna-se importante observar que há os excluídos da revolução digital que fazem parte das bases dos movimentos sociais e ONGs. Há também entidades que estão excluídas, que não possuem recursos financeiros para terem uma sede, uma linha telefônica, e tampouco uma conexão para a internet (PEREIRA, 2011:18).

Apesar dessas várias barreiras, os movimentos sociais combinam estratégias tradicionais, como fax, telefone e manifestações presenciais, com ações *online* de modo a garantirem sua visibilidade na internet. Mas, é importante ter em mente que “as formas de protesto podem ser mais facilmente organizadas através da Internet (se parte dos envolvidos tiver acesso à rede é claro), sendo que dificilmente serão substituídas apenas por ações *online*” (PEREIRA, 2011:11). Não defendemos o argumento de que as redes de comunicação possam substituir as trocas sociais ou dissipar as questões

identitárias de ação coletiva. Ao invés disso, uma mistura inseparável de trocas comunicativas que ocorrem em ambientes virtuais e face a face define a maioria das redes de ativistas. É também possível afirmar que os contatos nessas redes podem ultrapassar os círculos sociais mais imediatos de ação dos ativistas.

A Conexão Mata Atlântica tem a meta de promover um diálogo mais ativo com todos seus públicos e “articular em rede todas as pessoas que preocupam e querem discutir sobre a luta pela Mata Atlântica”, segundo objetivos publicados no *website* da Conexão. Essa rede serve como espaço de discussão entre os já ativistas ou simpatizantes com a causa. Nela, os militantes podem participar com suas opiniões sobre o meio ambiente em geral e apoiarem algum tópico lançado sobre uma campanha específica da entidade. Porém, ao observarmos algumas das conversações e discussões desenvolvidas nesse espaço, vimos que a participação se restringe a pessoas que se revelam há muito motivadas pela causa que o movimento defende. Isso pode indicar que o movimento dificilmente conquista novos militantes, sobretudo os ocasionais, pois esse canal se constitui como um espaço limitado a um cadastro e acesso constante.

A esse problema se associa um dos obstáculos mais importantes para a articulação de um movimento *online*: o amplo grau de visibilidade conferido à causa não necessariamente se associa a uma maior discussão sobre problemas e temas de interesse coletivo. De acordo com Gomes (2008), a visibilidade proporcionada pela articulação *online* dos movimentos sociais confere difusão e projeção aos temas de interesse público. Contudo, não se pode afirmar que essa projeção vá introduzir tais temas no debate público ou que vá provocar a instalação de debates públicos e discussões ampliadas. Segundo esse autor, a participação e o debate coletivo possuem certos requisitos que a cena midiática (sobretudo aquela promovida pelas novas tecnologias) não é integral e automaticamente capaz de atender. Ele enfatiza que não se quer dizer com isso que não possa haver debate na esfera de visibilidade promovida pela mídia, mas sim que a visibilidade conferida às ações e proposições de um movimento visam a criação de empatia e solidariedade, além da obtenção do favor geral.

Por isso, não se pode afirmar que a Conexão Mata Atlântica atua prioritariamente como ferramenta para reforçar o ciberativismo, assim como outros canais como o “Voluntariado *SOS Mata Atlântica*”. O que se pode perceber é um amplo investimento em mecanismos capazes de assegurar visibilidade a notícias e eventos para os voluntários da entidade. O “Sistema de Mobilização *Online*” facilita o acesso dos ativistas a ferramentas e instrumentos de divulgação das campanhas para a conservação

da Mata Atlântica, amplificando a visibilidade, mas sem assegurar a efetiva participação. Entretanto, esse espaço de visibilidade de informações e ferramentas de divulgação confere aos ativistas material que, segundo Ford e Gil, pode ser visto como um meio de conceder independência aos militantes:

(...) através das redes eletrônicas, os articuladores dos movimentos sociais têm a oportunidade de expressar-se diretamente por meio de documentos divulgados pela internet. Isso suscita a questão de ‘se podemos trocar a estratégia de dar voz aos que não têm voz pela estratégia de deixar as pessoas falar por si mesmas’ (2002:275).

Uma potente estratégia de mobilização que a internet oferece aos movimentos sociais está ligada ao poder de alcance que as redes têm sobre os espaços de interação cotidiana dos sujeitos. A internet consegue alcançar indivíduos que, a princípio não possuem “vinculações políticas com instituições clássicas de organização da sociedade civil, mas que estariam dispostos, desde que fossem ‘devidamente’ convencidos a participar de ações específicas de protesto” (PEREIRA, 2008:322). Sob esse aspecto, os militantes conquistados pela internet podem ser identificados como militantes ocasionais e não possuem um engajamento político similar àquele dos ativistas do movimento. Mas isso não deve nos levar a afirmar que essa forma de ação esporádica seja sempre menos eficaz ou válida que modos de ação presenciais e de maior frequência.

Os internautas militantes ocasionais podem se interessar por causas mais distintas, tais como assinar uma petição *online* a favor do protocolo de Kyoto e ao mesmo tempo se sensibilizarem e se mobilizarem contra a expulsão de imigrantes legais de países desenvolvidos. Temos então uma militância *à la carte*, pois trata-se de um engajamento periódico e algumas vezes distanciado, dado que o internauta não precisa se expor às pressões sociais que normalmente acompanham este tipo de atividades (PEREIRA, 2011:15).

Outras ferramentas de ação e visibilidade *online* são utilizadas para convidar a sociedade civil a participar da causa ambiental defendida pela *SOS Mata Atlântica*, como o canal “Clickarvore” e as redes sociais *Facebook* e *Twitter*. O “Clickarvore” é um *website* que conta com a participação dos internautas para promover a restauração florestal a partir de um clique. Com um clique, o cidadão define as regiões onde serão plantadas as mudas doadas pelos parceiros da entidade. O link “Como Participar” apresenta o modo como o internauta deve participar e qual o objetivo da mobilização,

de maneira bem esclarecedora e necessária para informá-lo sobre a importância de sua ação. Contudo, mostra que, para participar, o cidadão deve preencher um extenso cadastro, mais demorado do que o ato de clicar. Essa demora pode dificultar a participação dos militantes ocasionais, igualmente importantes para a ampla divulgação e visibilidade da causa da entidade.

As estratégias utilizadas pela *SOS Mata Atlântica* para conferir visibilidade à sua causa são válidas, uma vez que o desejo da instituição é valer-se das diversas possibilidades oferecidas pelo espaço digital, um meio ágil, econômico e que incentiva a proximidade e compartilhamento de informações em grande escala. Fica claro que a intenção é utilizar o espaço primordialmente como meio de divulgação sobre a instituição e a causa que defende. E, em um segundo plano, pretende-se associar a visibilidade à discussão a fim de se criar uma espécie de nova ágora, mais dinâmica e acessível.

Ainda para conquistar e ampliar a almejada visibilidade, a *SOS Mata Atlântica* utiliza as redes sociais digitais, que são, atualmente, os meios de comunicação *online* mais interativos e constantemente atualizados pela entidade. Nestes espaços, há a possibilidade de se compartilhar novas informações sobre as questões de meio ambiente e difundir atividades da organização com mais eficiência para os participantes e seguidores das redes sociais, pois cada nova informação divulgada é enviada diretamente ao indivíduo, fazendo com que ele possa acompanhar as novidades e ainda compartilhar com outros amigos que fazem parte de sua rede social. Sendo assim uma excelente estratégia de mobilização na internet, pois oferece um poder de alcance único.

Ao se fazer presente em uma ampla rede de informações interconectadas, a *SOS Mata Atlântica* tem a chance de ampliar e validar seus argumentos a partir da possibilidade de participação da sociedade *online* nas questões levantadas pela entidade nesse meio, podendo também se constituir como um ambiente eficiente de interação. Ford e Gil identificam tal infraestrutura que a internet oferece como um meio de otimizar o debate público.

A internet pode vir a ser a nossa primeira esfera pública global, um meio pelo qual a política pode tornar-se realmente participativa, tanto em âmbito regional quanto internacional. E é o primeiro veículo que oferece, aos indivíduos e coletivos independentes de todo o mundo, a chance de comunicar-se, com suas próprias vozes, com uma audiência internacional de milhões de pessoas. Portanto, as possibilidades técnicas da internet como esfera pública são ilimitadas (2002:271).

Dentre as estratégias de ação *online* da *SOS Mata Atlântica*, pode-se destacar o uso de campanhas a partir de uma temática em voga na sociedade, mídias sociais como o *YouTube* e *Facebook* são usadas, geralmente, para informar os militantes sobre as manifestações presenciais, e-mails e boletins informativos eletrônicos, que têm a função de oferecer ao público alvo do movimento um posicionamento sobre um tema, abaixo-assinados e manifestos virtuais, que promovem maior participação da sociedade, e ainda o lobby, que se configura sob a forma de envio de e-mails a representantes políticos para influenciar em suas decisões públicas. Além disso, o movimento pode promover listas de discussão e lançar mensagens de mobilização em redes sociais como o *Twitter*, ferramentas que garantem velocidade para atingir os indivíduos que já são militantes do movimento ou conquistar novos ativistas.

No caso em estudo, pode-se verificar uma diferença na divulgação do movimento via *Twitter* e *Facebook*. O *Twitter* da *SOS Mata Atlântica*, que conta com 20.853 seguidores (em 10.12.2011), permite que a entidade divulgue *posts* rápidos, objetivos, motivando os seguidores a acompanharem o andamento das campanhas e participarem de manifestações, informando a data e o local. Diferente do tom apenas disseminador de informações e pouco interativo do *Twitter*, o *Facebook* tende a abrir maior espaço para a ocorrência de debates e discussões que envolvem argumentos mais bem elaborados, uma vez que há mais espaço para a escrita dos mesmos. Lembramos, novamente, que a visibilidade conferida a informações e dados sobre o movimento não implica necessariamente na constituição de arenas de debate. Se de um lado a arquitetura discursiva do *Facebook* é mais favorável à discussão e à justificação recíprocas, de outro não se pode desconsiderar as assimetrias de poder e de comunicação que existem entre os interagentes e que podem comprometer a passagem da visibilidade à discussão e à participação. A página da instituição no Facebook, que conta com 1.213 participantes (em 10.12.2011), permite que todos os internautas e também a imprensa acompanhem as informações divulgadas pela entidade, opinem, compartilhem as notícias em sua rede social, assistam vídeos, vejam fotos e escutem gravações em rádio *online*, ferramentas que ampliam o entendimento do internauta e ainda são mais atrativas para a conquista da visibilidade da instituição.

Com as diversas formas de intercâmbio de informação possibilitadas pela internet, a *SOS Mata Atlântica* constrói no espaço virtual seu próprio meio de divulgação, em que os discursos formatados para cada meio são organizados pela própria entidade, de acordo com o objetivo da comunicação e com uma grande rapidez

de disseminação. Porém, para a conquista de novos ativistas e uma legitimidade perante a sociedade civil, a entidade precisa investir em qualidade e velocidade de suas ações para se tornar cada vez mais visível e próxima de seu público. Sob esse aspecto, os movimentos precisam aprender a lidar com os diferentes modos de interação com demais grupos e indivíduos em meio a um ambiente difuso, investindo na melhoria da capacidade técnica para atuarem na Internet. O acesso ao espaço virtual é proporcionado por aparatos tecnológicos e grande parte das ações dos movimentos é condicionada por esses sistemas digitais. Por isso, as entidades devem estar preparadas para utilizar as ferramentas disponíveis. Além de especialistas na área, as informações precisam ser atualizadas constantemente e com a imediaticidade que a internet solicita a fim de manter a aproximação com seus ativistas *online*. Os produtores de conteúdo também devem utilizar uma linguagem atrativa e alarmista, que chame a atenção da sociedade civil em meio a uma profusão acelerada de informações disponibilizadas no espaço virtual a todo momento.

A *SOS Mata Atlântica* precisa contar com a participação dos ativistas e com a visibilidade de suas causas perante a sociedade civil, que em parte se dá pela atuação *online*, mas também pela sua interlocução com a mídia, ao fazer com que a informação legitimada pela entidade chegue aos produtores da mídia e também com que sejam lembrados a todo o momento por eles. Neste sentido, faz-se importante o reconhecimento da visibilidade alcançada pela entidade em nível local e nacional, uma vez que ela pode, ao mesmo tempo, fomentar discussões e configurar espaços crítico-reflexivos (nunca neutros) para sua realização.

Considerações finais

É fato que o espaço virtual permite a um movimento social difundir sua causa com mais agilidade, instantaneidade e livre de formalidades. Tais características são importantes para a concretização da rápida mobilização que os movimentos sociais e ambientais propõem. Atenta a essa realidade, a entidade ambiental *SOS Mata Atlântica* utiliza diversas ferramentas *online* como estratégias para a manutenção de sua visibilidade pública.

Porém, há de se considerar também os meios *offline* como estratégias complementares à ação *online* dos movimentos. Ao convocar participantes para se engajarem em uma campanha da entidade, a *SOS Mata Atlântica* precisa considerar o

convite aqueles que não têm acesso ao meio digital. Além disso, o movimento também conta com a mobilização presencial e diretamente próxima da sociedade, nas ruas e nas praças públicas.

O site utiliza o espaço virtual para ampliar suas estratégias de visibilidade pública, para sensibilizar, gerar empatia e convocar potenciais seguidores. Mas, para alcançar a participação cívica desses atores, a entidade precisa não só atualizar constantemente seus *websites* e redes sociais, investindo em um discurso atraente e capaz de promover empatia, mas sobretudo assegurar para que a visibilidade gere discussões e esferas públicas. Para isso, além de investir na criação de um design mais interativo para o site, a entidade precisa desafiar o jogo político em favor de cidadãos pobres em recursos que, em muitos casos, estão experimentando estratégias políticas e cívicas fora dos canais convencionais da política nacional como as eleições e os processos de formação de grupos de interesse. Assim, formas de participação individual e coletiva parecem ser afetadas por redes de comunicação interconectadas que podem oferecer aos indivíduos múltiplos pontos de entrada em formas variadas de ação política.

Diante desse quadro, o movimento ambiental se configura hoje como um dos principais atores do cenário virtual, ao produzir conteúdo e zelar por sua ampla visibilidade, convocar para mobilizações e desenvolver ferramentas potencialmente capazes de fomentar discussões. Com o passar dos anos e o desenvolvimento de novas formas de comunicação *online*, as entidades ambientais se apropriam do espaço virtual, expandindo fronteiras e conquistando novos adeptos. Resta saber se as estratégias de visibilidade pública por elas empregadas são realmente capazes de assegurar uma participação política, um engajamento cívico e um ativismo para além do “click”, de modo a consolidar suas causas na arena pública.

Referências

ALEXANDER, Jeffrey C. Ação Coletiva, Cultura e Sociedade Civil: Secularização, atualização, inversão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.13, n.37, 1998, p.5-31.

ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, 2009, n.76, p. 49-86.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

AVRITZER, Leonardo. Modelos de sociedade civil: uma análise da especificidade do caso brasileiro. In: _____. (org.). **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey editora, 1994.

CASTELLS, Manuel. O “verdejar” do ser: o movimento ambientalista. In: CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000, pp. 141-168.

COSTA, Sérgio. Esfera Pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.38, 1994, pp. 38-52.

DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DOWNING, John D.H. **Mídia Radical: Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: Senac, 2002.

FOSSÁ, Maria Ivete T.; PINTO, Rafaela Caetano. Cartografias e devires dos microgrupos de poder na internet: o ciberativismo do *Greenpeace* como produtor social na internet. **Revista Animus**, UFSM, Santa Maria, n.18, 2010, p. 31-49.

FORD, Tamara Villarreal; GIL, Genève. A Internet Radical. In: DOWNING, J. **Mídia Radical**. São Paulo: SENAC, 2002, p. 269-307.

GOHN, Maria da Glória. Cidadania, Meios de Comunicação de Massas, Associativismo e Movimentos Sociais. In: PERUZZO, Cicília M.K (org.), ALMEIDA, Fernando F. (org.). **Comunicação para a Cidadania**. São Paulo: INTERCOM; Salvador: UNEB, 2003.

GOMES, Wilson. Da discussão à visibilidade. In: GOMES, W.; MAIA, R.C.M. **Comunicação e democracia – problemas e perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008, p.117-162.

HABERMAS, J. Political communication in media society: does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research, **Communication Theory**, Washington, v. 16, 2006, p. 411-426.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed. 34, 2003.

HOUTZAGER, Peter; LAVALLE, Adrián; ACHARYA, Arnab. Atores da sociedade civil e atores políticos: participação nas novas políticas democráticas em São Paulo. In: AVRITZER, L. (org.). **A participação em São Paulo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004, p.257-322.

LEV-ON, Azi; MANIN, Bernard. Happy Accidents: deliberation and *online* exposure to opposing views. In: DAVIES, T. (org.); GANGADHARAN, S. (org.). **Online deliberation: design, research, and practice**. California: CSLI Publications, 2009, p.105-122.

MAIA, Rousiley C. M. O papel democrático da sociedade civil em questão. **Lua Nova**, São Paulo, 2010, n.81, p. 147-174.

MAIA, Rousiley. Internet e esfera civil: limites e alcances da participação política. In: MAIA, R.; GOMES, W. (org.); MARQUES, F. (org.). **Internet e Participação Política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011, p.47-91.

MAIA, Rousiley (org.); GOMES, Wilson (org.); MARQUES, Francisco P. Jamil. (org.). **Internet e Participação Política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MARQUES, Ângela. **Aspectos teórico-metodológicos do processo comunicativo de deliberação online**. Revista Brasileira de Ciência Política, UnB, Brasília, v. 6, p. 19-40, 2011.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIGUEL, Katrini. Estratégias de Comunicação e Mobilização na Cibercultura ambientalista. Trabalho apresentado no **XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom)**, realizado em Caxias do Sul, RS, de 2 a 6 de setembro de 2010, p.1-15.

PAOLI, Maria Célia & TELLES, Vera da Silva. Direitos Sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In: ALVAREZ, S. (org.); DAGNINO, E. (org.); ESCOBAR, A. (org.). **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, p.103-148.

PEREIRA, Marcus Abilio. **Cyberactivismo e democracia – movimentos sociais e novos repertórios de ação**. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal, 2008.

_____. Internet e mobilização política – os movimentos sociais na era digital. Trabalho apresentado no **IV Encontro da Associação dos Pesquisadores Brasileiros em Comunicação e Política (Compólitica)**, realizada no Rio de Janeiro, de 13 a 15 de abril de 2011, p.1-26.

RIBEIRO, J.; PEREIRA, A. Os Desafios Analíticos Propostos pelo Fenômeno das Flash Mobs. **Rázon y Palabra**, México, n.41, Octubre/Noviembre, 2004.

RIOS, Aline. Movimentos sociais na internet: possibilidades e desafios. **Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**, Bocc, 2010. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-oliveira-mov-sociais.pdf>>. Acesso em 21 set. 2011.

SANTOS, Fernando. O ciberativismo como ferramentas de grandes mobilizações humanas: das revoltas no Oriente Médio às ações pacíficas do *Greenpeace* no Brasil. **Revista Anagrama**, ECA-USP, São Paulo, v.5, n.1, 2011.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v.21, 2006, p.109-130.

SODRÉ, M. **Antropológica do Espelho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

YOUNG, Iris M. Activist Challenges to Deliberative Democracy. In: FISHKIN, James (org.); LASLETT, Peter (org.). **Debating Deliberative Democracy**. Oxford: Blackwell, 2003, p. 102-120.